

PESQUISAS

HISTÓRIA DE CAMPINAS: A TAREFA PARA OS PRÓXIMOS DEZ ANOS.

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Uni-
versidade Estadual de Campinas.

para João Falchi Trinca

A historiografia da cidade de Campinas (SP), cujo aparato científico se inicia, de certa maneira, em 1941, com a fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras local, atingiu nos últimos cinco anos um nível organizatório mais apurado, que constitui convite para algumas reflexões, tendentes a subsidiar sua projeção, pelo menos para os próximos dez anos.

É o que se pretende com estes apontamentos, que não vão além de hipóteses de trabalho, baseadas num mínimo de conhecimento a respeito do acervo de fontes primárias da região e da bibliografia básica para a história local. Qualquer conclusão que possa transparecer tem portanto caráter bastante contingente.

Aliás, muito do que é acenado neste artigo se atrela a um plano geral de pesquisas, intitulado *Projeto São Paulo*, com o qual o Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas desenvolverá o estudo sistemático da região compreendida, a *grosso modo*, pelo chamado Velho Oeste de São Paulo, da qual a área tributária de Campinas será objeto numa primeira etapa.

Apenas como recurso didático para esta exposição, vamos dividi-la em função do sistema político da colônia e da nação, no qual estava inserida a cidade, isto é, Campinas Colonial, Campinas Imperial e Campinas Republicana.

Nesse sentido, embora de maneira relativa, essa proposta de periodicidade tem pelo menos uma vantagem, a de não dificultar a compreensão da evolução do fato urbano, como uma realidade histórica, no interior de um universo rural.

Embora não tenham sofrido elaboração, as colocações que fazemos, ao nível de hipóteses de trabalho, tem a pretensão de projetar a superação da fase historiográfica em que predominou a crônica narrativa, bem como ainda promover uma possível revisão do esquema convencional da história local (1).

Nesse sentido, o esquema de estudos que propomos, é em si bastante simples: verificar na utilização dos fatores de produção, bem como na organização e nas relações desta, o grau de respostas e adequações, muitas vezes prontas e radicais, que a evolução impositiva do Sistema Capitalista exige numa determinada área periférica, bem como também conhecer o processo de estruturação social e a organização e exercício do poder local.

Para tanto enumeramos alguns temas para pesquisa, objetivando também uma revisão do conjunto convencional de conhecimentos históricos de que dispomos sobre o interior do Estado de São Paulo.

A historiografia agrária e urbana, ligada à economia cafeeira, está quase inteiramente voltada para uma determinada área física: o Vale do Paraíba, compreendendo os atuais Estados do Rio de Janeiro e São Paulo.

Dessa maneira, o estudo da organização daquela economia — da produção à comercialização — privilegiou uma região geográfica no tratamento, entre outros, dos seguintes temas: regime de trabalho escravo, introdução do trabalho livre, formação do mercado profissional, sistema de transportes, estrutura social, estratificação e mobilidade social, vida cotidiana, moradia, fato urbano, etc. (2).

(1). — Julgamos pertinente os temas de estudo que o prof. Carlos G. Mota orientou nesse sentido, quando de um curso de especialização na PUC de Campinas, onde também o prof. Odilon Nogueira de Matos vem estimulando pesquisas objetivando traçar a biografia de venerandas instituições campineiras, cujo papel na evolução da cidade foi de relevo.

(2). — Versando temas ligados à história do Oeste paulista, conhecemos alguns estudos universitários, sendo três deles sobre a lavoura canavieira: Luís Lisanti Filho, *O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do XIX* (O exemplo de três vilas paulistas — Campinas, Itú e Porto Feliz) 1798-1829, São Paulo 1963 (mimeografado); Suely Robles Reis de Queiroz, *Algumas notas sobre a lavoura do açúcar em São Paulo no período colonial* in Anais do Museu Paulista, tomo XXI, São Paulo 1967; Maria Tereza Schorer Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo*, Difusão Européia do Livro, São Paulo 1968. O estudo das fórmulas contratuais de trabalho no campo, particularmente a parceria, levou também alguns autores a dirigir as suas pesquisas para a região, enquanto já vão aparecendo também teses universitárias abordando a história de grandes propriedades agrícolas nas áreas de Limeira e Rio Claro: Maria Sílvia C. Beozzo Bassanezi, *Fazenda Santa Gertrudes* (Uma abordagem quantitativa das relações de trabalho, em uma propriedade rural paulista 1895-1930),

Sem pretendermos emprestar um caráter determinista às variáveis geográficas, que peculiarizam aquela área, na verdade verificamos, por outro lado, que esses trabalhos, de fundamentação empírica e teórica, generalizaram suas conclusões para uma determinada conjuntura histórica.

Há uma farta literatura propondo um quadro referencial de confrontação entre as áreas que se sucedem cronologicamente no cultivo do café, o Vale do Paraíba e o Velho Oeste paulista. Entretanto, como para a segunda região, como aliás, também para as demais, cuja economia se fundamentou ou ainda se apoia no café, não se procedeu a uma pesquisa sistemática e portanto a análise está longe de atingir o nível desejável, há uma defasagem naquele quadro, ficando muitas lucubrações a propósito do Oeste em base puramente impressionista.

Essa postura que marca a literatura a respeito, seria defensável cientificamente se tivéssemos o mesmo grau de conhecimento elaborado para as duas regiões. Entretanto, sabemos que para o Oeste as pesquisas são ainda pouco numerosas, faltando não só uma visão de conjunto, como o aprofundamento de temas essenciais para a compreensão de sua evolução histórica.

Nesse sentido, sem praticamente qualquer avanço científico, a historiografia vem repetindo hipóteses construídas, quase sempre, a partir das descrições que nos deixaram os viajantes estrangeiros, que no século XIX avançaram além da capital para o interior da província, bem como também baseadas na imagem agrária, que ideologicamente os fazendeiros e políticos do Vale do Paraíba da época, transmitiram à posteridade em relação a questões, como a Abolição, por exemplo.

Essa bibliografia definiu o seu objeto de estudo com expressões como a “civilização do café”, a “era do café”, que dizem bem do tipo de visão que a determinou.

O que se reclama portanto, como programa de estudo, é o alargamento analítico da penetração e do desenvolvimento capitalista para as outras áreas do interior do Estado de São Paulo, superando a sequência cronológica e os limites naturais que tem, como consequência, o comprometimento com uma análise simplesmente evolutiva.

O condicionamento físico — na verdade melhor estudado para as regiões em questão — deve ser colocado ao nível das conjunturas históricas, estas de contorno ainda bastante impreciso.

Faculdade de Filosofia de Rio Claro 1973 (mimeografado); José Sebastião Witter, *Um estabelecimento agrícola da província de São Paulo nos meados do século XIX*, Coleção Revista de História, São Paulo 1974.

Dessa maneira, evitaremos ficar com explicações do tipo daquelas que se contem no esgotamento do solo, provocando o “carater itinerante” da economia cafeeira, ou ainda nos compromissos circunstanciais que foram impostos ao desenvolvimento separado de ambas as áreas.

Aliás, essa visão do problema resultou em conclusões extremamente pessimistas sobre os destinos do país, o qual acabaria por assistir incapacitado ao periódico deslocamento da sua população, acompanhando a fertilidade transitória do solo, até um fatal processo de esvaziamento (Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil e outros estudos*, pág. 222, 2a. edição, Editora Brasiliense, São Paulo 1947), refutadas, entretanto, por autores que superaram esse esquema de análise (Florestan Fernandes, *Mudanças Sociais no Brasil*, pág. 248, Difusão Européia do Livro, São Paulo 1960; Pierre Monbeig, *Novos estudos de geografia humana brasileira*, pág. 164, Difusão Européia do Livro, São Paulo 1957).

Os rumos do desenvolvimento brasileiro, no que diz respeito à tecnologia agrária e a industrialização alterariam, por sua vez, radicalmente esse quadro algumas décadas depois, como se verifica hoje com a expansão industrial no Vale do Paraíba e no Velho Oeste, bem como com a recuperação de suas terras.

Tanto a crônica histórica quanto a produção acadêmica tem-se aproximado no privilegiamento do Vale e em suas generalizações de estudo sobre o café. Assim, temos um conjunto de hipóteses tacitamente aceito pelos diferentes autores, sem oferecer portanto divergências essenciais.

Essa verificação nos permite estabelecer um quadro diferencial para a segunda metade do século XIX, cujos parâmetros são marcados pela exaustão do solo, e em decorrência, pela abertura de novas frentes de produção, quando então ambas as áreas apresentam, a grosso modo, os seguintes contrastes econômicos e sociais, que as peculiarizaram:

Confronto entre as duas regiões cafeeiras.

1850-1910.

Vale do Paraíba.

1. — formas tradicionais de ocupação e uso da terra.
2. — fracionamento dos latifúndios.
3. — estagnação econômica.
4. — mentalidade tradicional na administração da fazenda.

Velho Oeste paulista.

1. — formas capitalistas de ocupação e uso da terra.
2. — predomínio da grande propriedade.
3. — progresso.
4. — mentalidade empresarial capitalista.

- | | |
|---|--|
| 5. — investimento improdutivo dos lucros. | 5. — investimento produtivo dos lucros. |
| 6. — agricultura arcaica. | 6. — modernização da agricultura. |
| 7. — fazendas auto-suficientes. | 7. — fazendas dependentes. |
| 8. — aristocracia escravocrata e conservadora. | 8. — aristocracia imigrantista e liberal. |
| 9. — baronato voltado para a gestão agrícola. | 9. — baronato empresarial, desdobrando-se em iniciativas urbanas. |
| 10. — dependência do patrocínio oficial. | 10. — iniciativa privada independente. |
| 11. — estiolamento e regressão urbana. | 11. — desenvolvimento urbano. |
| 12. — formação das classes médias por um movimento de descenso da aristocracia. | 12. — formação das classes médias por um movimento de ascenso de segmentos inferiores. |
| 13. — indiferença política. | 13. — ativismo na prática política. |
| 14. — resistência ao movimento abolicionista. | 14. — aceitação do movimento abolicionista. |
| 15. — ideologia monarquista. | 15. — ideologia republicana. |
| 16. — inércia cultural. | 16. — intensidade do movimento cultural. |
| 17. — impermeabilidade ao processo de adaptação cultural. | 17. — fácil adaptação a novas posições culturais. |
| 18. — relações sociais paternalistas. | 18. — relações sociais capitalistas. |
| 19. — aproximação entre senhores e escravos. | 19. — distanciamento entre senhores e escravos. |
| 20. — administração direta do trabalho. | 20. — administração indireta do trabalho. |

A literatura de confronto a respeito dessas regiões é farta. O quadro que construímos usou propositadamente como suporte alguns autores de diferentes tendências metodológicas e teóricas. Embora haja uma certa gradação das diferenças estabelecidas, de um autor para outro, bem como também o teor das explicações não permaneça o mesmo, comprovamos as aproximações que levam a um certo consenso, que como dissemos precisa ser revisto para ser ou não confirmado (3).

(3). — Richard M. Morse, *Formação histórica de São Paulo*, pág. 161, Difusão Européia do Livro, São Paulo 1970; Florestan Fernandes, *Mudanças sociais no Brasil*, pág. 272, 2.^a edição, Difusão Européia do Livro, São Paulo 1974; Warren Dean, *A industrialização de São Paulo*, pág. 47, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971; Emília Vioti da Costa, *O escravo na grande lavoura in História Geral da Civilização Brasileira*, pág. 168, Difusão Européia do Livro, São Paulo 1969; Fernando Henrique Cardoso, *Mudanças Sociais na América Latina*, pág. 189, Difusão Européia do Livro, São Paulo 1969.



CAMPINAS COLONIAL.

No estágio em que se encontra o nosso conhecimento sobre a formação e evolução de Campinas até a Independência, isto é, o século XVIII e primeiro quartel do século XIX, realmente muito há ainda por se estudar.

É difícil, por exemplo, precisar a época da adoção da lavoura canavieira, pois acreditamos que uma vez introduzida essa cultura, não será demorado o tempo que levará para ir forçando a lavoura de subsistência a ceder lugar para a nova estrutura e organização da produção que então se estabelece, definindo melhor o mapa de ocupação do solo, as benfeitorias exigidas para a montagem dos engenhos, a rede viária inicial, o sistema de transporte, a estocagem de mão-de-obra escrava, a acumulação primitiva dos senhores de engenho, etc. (4).

Sob o ponto de vista econômico e social, a subsistência permaneceu e mesmo se desenvolveu ao nível da rede daqueles que a ela se entregam ou possivelmente também graças a ocupação de um certo espaço físico nas grandes propriedades, como resposta ao crescimento relativamente rápido da população. Por outro lado, irá sendo relegada para um plano secundário, diante da agro-indústria do açúcar, que então vai empolgando os lavradores. Essa mudança terá naturalmente implicações no uso e divisão das terras, uma vez que inclusive a área de cultura deve ter sido muito dilatada ao mesmo tempo que a terra se valorizava mais na medida da afluência da população e da exploração agrária em grande escala.

Dessa maneira, muito ainda nos resta saber sobre essa fase inicial. Desconhecemos se motivos como o adensamento e progresso do núcleo humano, provocado, por sua vez, também pelo intenso trânsito — fluxo e refluxo das minas do Centro-Oeste da colônia — como ainda a facilidade de colocação dos cereais nas vizinhanças, prolongando a duração dessa fase, chegaram a determinar a criação de um sistema cristalizado de hábitos e juízos de valor em relação à economia existente e à vida comunal, que dessem em consequência, por sua vez, a hesitação, quando não a resistência às mudanças econômico-sociais que o açúcar estava colocando.

(4). — Um dos viajantes estrangeiros que passou pela região chega a apontar o ano de 1770, como aqueles em que se dá o primeiro plantio (Augusto de Saint Hilaire, *Viagem à Província de São Paulo, Província Cisplatina e Missões do Paraguai*, pág. 148, 2.^a ed. Livraria Martins Editora, São Paulo 1945).

A vida rural e urbana nesses primórdios permanece indevassada, não nos ficaram testemunhos da organização social e da teia de suas relações, enquanto não se consolidaram os valores de uma camada aristocrática, cujo processo de acumulação será lento, ao longo da segunda metade do século XVIII. As fontes primárias são limitadas, estando, inclusive, alguma documentação em arquivos europeus.

A absorção rápida dos interesses pela cana-de-açúcar não deve ter encontrado nesse sentido qualquer resistência mais pronunciada, determinando mesmo que no meio rural a adoção da nova cultura encontrasse a mais franca aceitação, sem que isso contudo significasse, como já demos a entender, um abandono total da lavoura e criação de subsistência, por motivos facilmente calculáveis, isto é, a necessidade que a população — escrava e livre — que vai crescendo e se concentrando tem de recursos locais para o seu abastecimento, dado o seu isolamento e os problemas ligados às distâncias e comunicações. Por outro lado, o estabelecimento de engenhos exigia uma soma de capital e outros recursos, que uma larga porcentagem dos pioneiros que para ali se tinham dirigido, não possuía, o que os constrangia a colocar-se a serviço dos mais bem abonados que conseguiam montar seu engenho ou mesmo engenhoca. Outra alternativa era a simples competição pelo incipiente mercado profissional que o palco urbano vai oferecendo, em disputa com a organização da produção rural, que devia requisitar, como dissemos, a mão-de-obra com ofertas mais convidativas. Assim, tanto os moradores da pequena área onde se esboça a vida urbana, como aqueles que constituíram a massa rural se amoldam, desde esse início, à monocultura escravocrata, que vai se formando e se desenvolvendo rapidamente.

Por sua vez, as ligações de Campinas, principalmente com Itú e Jundiá, nos levam a acreditar que a plantação de mudas de cana-de-açúcar, para o consumo local, tenha sido viável, desde o início do povoamento, dadas as qualidades da terra, a presença da mata e da água, facilmente observáveis pelos que passavam, pousavam e resolviam se fixar. Esse conhecimento, bem como o das técnicas agrárias permitiria, mais tarde, ainda no século XVIII, o desenvolvimento dessa lavoura em Campinas, em escala comercial, atendendo o interesse do mercador europeu.

Nessa fase, não obstante os documentos pareçam ser relativamente insuficientes para permitir-nos uma reconstituição histórica ideal, acreditamos na prática de uma lavoura de subsistência e de uma pecuária dispersiva, cujas sementes e mudas, bem como os primeiros animais para reprodução devem ter sido levados pelos grupos de povoadores — famílias e indivíduos — que de Taubaté, Itú, Jundiá, Ati-

baia, Cotia, Parnaíba e mesmo das Minas Gerais foram se dirigindo para os antigos Campinhos de Mato Grosso.

É possível que já no último quartel do século XVIII, se inicie o refluxo das minas, com certeza incluindo Goiás e Mato Grosso, onde a economia está em pronunciado processo de desagregação. Dessa maneira, muitos desistem das lavras, voltando à terra de origem. A meio caminho quase, entre o núcleo central de irradiação — São Paulo — e as áreas que haviam revelado depósitos auríferos, muitos destes sertanistas resolvem fixar-se escolhendo terras em que os recursos naturais permitiam, mediante técnicas agrárias simples, assegurar a subsistência e colocar o excedente entre os que transitavam pelos caminhos do sertão. O papel desse movimento demográfico, já destacado por um autor, deve ser entretanto melhor avaliado, não apenas para o caso de Campinas, mas de uma área mais dilatada no povoamento do interior de São Paulo no século XVIII (5).

Mas, o povoamento é também incrementado pelo governo, e não se faz apenas através de famílias, *i. e.*, casais, ele se procede também com indivíduos isolados, que sob diferentes estímulos se dirigem para aquelas paragens ou são convocados a toque de caixa nos diferentes povoados da capitania. Nesse sentido, o processo sofre dois impulsos, para complementar o fluxo espontâneo, ambos promovidos pelo Estado, o primeiro de incentivo através de concessões e privilégios e o segundo coercitivo, procurando melhor distribuir a população e supostamente corrigindo a marginalização através de falaciosa redistribuição daqueles que provocavam problemas, remetendo-os para as áreas que ainda estavam sendo desbravadas.

Esses são, por exemplo, os termos do documento, através do qual o Governador da Capitania nomeava a Francisco Barreto Leme, fundador e diretor da povoação, quando menciona o aliciamento dos

“forros, carijós e administrados de q.e tiver noticia andão vadios e nam tem caza, sem domicilio certo, nem sam uteis à Republica e os obrigam a ir povoar as ditas terras das Campinas de Matto de Jundiaby” (6).

Verifica-se, portanto, sob o ponto de vista social, um povoamento bastante heterogêneo. Empenhado numa estratégia política de ocupa-

(5). — Maria Stela de Abreu Bergó, *Estudo geográfico da cidade de Campinas in Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. 3, págs. 641-694, Rio 1952.

(6). — *Documentos Interessantes para História e Costumes de São Paulo*, Vol. XXXIII, pág. 160.

ção de terras, no que aliás entravam também argumentos em favor do desenvolvimento econômico da capitania, o governo procura, como dissemos, atrair casais e indivíduos sob a concessão de privilégios, tais como: dispensa do serviço militar ou de requisições outras, sempre compulsórias, para prestação de serviços. Também lhes dá a oportunidade de ficarem remidos de penalidades por delitos anteriores ou cumprimento de obrigações assumidas antes de se dirigirem para o novo local que se povoava, o que nos dá bem idéia das categorias sociais que são convocadas para o empreendimento. Com as dificuldades iniciais de comunicação para aquele núcleo praticamente ilhado, onde a organização da vida comunal e os problemas com a liderança e representatividade dos grupos deviam ser tumultuados, a presença dos inquietos e contestadores devia agrava-los (7).

Esses pioneiros destinavam-se à lavoura e o seu universo será marcado pela dominância rural não apenas nos primeiros tempos do povoamento, mas através do açúcar e posteriormente do café, em toda a evolução da localidade, no tocante à sua realidade econômica e social, até pelo menos o primeiro quartel deste século.

O recenseamento de 1767 acusa apenas dois tecelões, fazendo exceção aos demais moradores, cerca de 500, entre livres e escravos, que vivem da “sua rossa”. Não há comércio urbano estabelecido e portanto praticamente inexistia a vida urbana até então.

Vendiam-se os cereais e a criação nas porteiras dos sítios, havendo várias referências documentais à fatura de gêneros de que gozavam os moradores.

Na medida em que o núcleo urbano começa a se adensar, multiplicando-se os pedidos de sesmarias e portanto alargando a área ocupada pelas propriedades rurais, a vida urbana vai tomando mais consistência, não demorando para que oficiais mecânicos, sobretudo mineiros e ituanos, encontrem motivos para migrar para a vila, onde os espera um mercado profissional e consumidor em lenta expansão. É quando vai sendo superada a fase de auto-consumo em que cresceu o povoamento até então.

As crônicas que se referem a esses tempos mais afastados, entenda-se, no caso, posteriores àquele recenseamento, já registram a presença de mestres-carapinas, seleiros, pedreiros, ourives e outros oficiais mecânicos, possivelmente requisitados em boa parte pelos quefa-

(7). — *Idem, idem*, Vol. XXXIII, pág. 161.

zeres dos engenhos, muito embora o trabalho urbano oferecesse também oportunidades (8).

A pequena lavoura de subsistência e sobretudo a criação de porcos continuavam, por sua vez, pelo menos até o início do século XIX, atraindo boa parte dos moradores rurais mais afastados da área urbana, bem como também aqueles que tinham sua propriedade junto ao povoado. Formavam assim uma rede de pequenos produtores, responsáveis pelo abastecimento das localidades mais próximas. A continuidade dessa atividade é possível de ser apurada em diferentes momentos ao longo do último quartel do século XVIII, confirmando-se também que são sempre os mesmos lavradores que a ela se dedicam.

Em 1798, contamos pelo menos 32 lavradores que criavam porcos, vendendo toicinho ou os próprios capados em Campinas, bem como destinando boa parte da produção a Itú, outra área em que a lavoura canaveira predominava na época. Essa verificação nos leva a aceitar a hipótese de que essa lavoura de subsistência tinha como mercado certo a população concentrada nos núcleos urbanos, enquanto que a massa localizada nas propriedades rurais — entre homens livres e escravos — possuía plantação e criação para o seu próprio consumo.

Os pedidos de sesmarias formalizam no início do povoamento o processo de posse, uso e propriedade do solo, isso naturalmente enquanto houve disponibilidade de terras. Na medida em que as terras devolutas foram desaparecendo, as transações por compra e venda sucederam ao simples requerimento dos sesmeiros, o que entretanto, por outro lado, deu margem a questões litigiosas, provocadas em grande parte pelo processo desorganizado de povoamento, onde o isolamento, as dificuldades de medição, o descontrole por parte das autoridades marcavam a penetração humana.

Confirmada a fertilidade das terras, particularmente para a cana-de-açúcar, cuja aceitação no mercado internacional justificava a continuidade no aumento de sua produção, a ocupação crescente da terra foi provocando sua valorização. Esse é o quadro que se tumultua pelas demandas que avançam pelo século XIX afora. Em seu primeiro quartel são incontáveis as referências aos colonos que requeriam sesmarias, em cujos limites situavam-se terras já anteriormente ocupadas pelo pioneiros. Dessa maneira, a legitimação da posse dava-se sempre através do requerimento de sesmarias nos casos de ocupação de terra devoluta, sendo que tanto nesse tipo de ocupação, quanto

(8). — Ricardo G. Daunt, *Reminiscências do Distrito de Campinas...* in "Catálogo da 1.^a Exposição Regional do Município de Campinas", pág. 26, Campinas, dezembro de 1885.

naquele propiciado pela transação de compra e venda, pelos motivos que vimos, arrastavam-se as contestações e pendências.

Objetivando evitar os abusos que então eram praticados por toda a capitania, o Príncipe Regente fez expedir um Aviso, datado de 4 de novembro de 1799, a ser cumprido pelas Câmaras Municipais, então encarregadas de zelar pela obediência ao estatuto da terra. Esse aviso procurava disciplinar o procedimento daqueles órgãos locais diante de cada novo requerimento de sesmaria que lhe fosse dirigido, através de:

1. — fixação de um Edital nos lugares de costume, no qual deviam estar expressamente declaradas as terras requeridas, com suas respectivas confrontações e nome dos proprietários, a fim de que todo aquele que se julgasse prejudicado por possuir terras compreendidas dentro dos limites daquelas que então estavam sendo requeridas pelos sesmeiros, comparecesse perante a Câmara para a competente declaração a respeito. A fixação do Edital obedeceria o prazo de 30 dias, prazo esse no qual deveriam estar incluídos pelo menos 3 dias de maior afluência dos moradores rurais à vila (no que se abrangiam os domingos e dias santos). A publicação do Edital seria por meio de pregão (proclamação pública);

2. — no caso do comparecimento de um interessado ou interessados que declarassem suas posses de parte ou de toda a terra requerida pelos sesmeiros, os oficiais da Câmara procederiam ao exame do título da dita posse e às exatas dimensões da área reclamada, bem como ainda dos recursos, nos quais seriam compreendidos os escravos, que o oponente possuía para poder cultivar as terras das quais alegava ser proprietário;

3. — findo o prazo de 30 dias do Edital e feitas as averiguações necessárias e os exames recomendados, os vereadores faziam a informação, abstendo-se de qualquer procedimento arbitrário em relação a alguma das partes interessadas nas terras. Essas informações, uma vez registradas em livro competente, seriam enviadas ao Governador em carta fechada que contivesse a Certidão do escrivão da Câmara (9).

Embora os requerimentos de sesmarias fossem dirigidos ao Governador da Capitania ou da Província (durante o Império), era a

(9). — *Código da Câmara Municipal: Vila de São Carlos. Registro Geral da Correspondência expedida e recebida.* Editais de 1804 e 1810, fls. 14 verso e 15. A numeração dos dispositivos é nossa, embora obedecêssemos o texto como está redigido.

Câmara Municipal a autoridade mais imediata ligada à distribuição das terras, atuando dessa maneira o próprio Juiz de Medição de Sesmarias junto à edilidade.

Calcula-se, desde logo, a responsabilidade que tinham nos litígios sobre terras, exercendo sua atividade, muitas vezes, sob a pressão dos interesses locais, inclusive de proprietários mais poderosos que deviam se opor a qualquer fracionamento de suas propriedades em favor de novos colonos que ali desejavam se estabelecer.

Conhecendo-se o processo cumulativo e complicado que caracterizou essa fase inicial de penetração e povoamento das terras campiprecariedade dos meios de que dispunham as autoridades para fazer cumprir essas leis, pode-se ter idéia da confusão que deve ter caracterizado essa fase inicial de penetração e povoamento das terras campineiras, agora reclamando atento destringar do historiador.

As cartas de sesmaria estabeleciam que os requerentes deviam cultivar anualmente com arado — menção esta que nos mostra um certo interesse do governo em forçar a mecanização mínima da lavoura açucareira — a área de uma légua de terra quadrada, com 6 braças de frente por 6 braças de fundo, fazendo portanto 36 braças quadradas (10).

A posse e a repartição das terras, pelo menos até o primeiro quartel do século XIX, foi condicionada à presença da água. Uma rede de rios, ribeirões e córregos tinha às suas margens os fundos de engenhos, sendo invariavelmente mencionada essa disposição nas cartas de sesmarias, enquanto que as testadas requeridas davam sempre para os caminhos (11).

Dessa maneira, um conjunto de normas procurou disciplinar a distribuição do solo, tentando conforme o espírito da legislação das sesmarias evitar a formação do latifúndio improdutivo, o abandono de datas, cuja posse e propriedade fora reconhecida, bem como assegurar a utilização comum das áreas de serventia pública.

À margem dos rios os requerentes deviam comprometer-se a deixar meia légua em quadra para utilidade pública. Uma leitura atenta das cartas de sesmarias poderá nos permitir o mapeamento aproximado da distribuição dos engenhos de açúcar ao longo do traçado da rede hidrográfica. Esta, por sua vez, condicionava também o risco

(10). — *Código da Câmara Municipal: Vila de São Carlos. Editais. Concessão de Sesmarias*, 1815 e 1823. Obs.: a Braça quadrada tinha 3.052 m².

(11). — J. R. Amaral Lapa, *Pródromos da história econômica de Campinas in Revista da Universidade Católica de Campinas* nº 13, 1957.

do conjunto de caminhos primitivos, que ligando os engenhos entre si, entroncavam-se em direção à vila (12).

Verifica-se, portanto, que a água corrente fixou a população, atraiu a localização dos engenhos e teve naturalmente, como ocorreu em outras áreas açucareiras do país, um complexo de funções importantes para a economia e a vida comunitária dessas propriedades (13).

Para o estudo de Campinas colonial também é importante, por outro lado, acompanhar a irradiação do centro nervoso do povoado, que obedecendo o traçado inicial, de uma certa simetria, supera-o contudo e assume soluções e direções diversas e espontâneas. Essa evolução urbana não pode, por sua vez, ser desligada do próprio “processo” de urbanização que então se desenvolve na capitania.

Por sua vez, temos que investigar os mecanismos então comuns de posse, uso e propriedade da terra, o que nos permitirá chegar ao conhecimento da estrutura fundiária no processo inicial do povoamento, que se faz, como já afirmamos, em função da economia de auto-consumo e subsistência, para evoluir para o açúcar, montando-se a partir daí os suportes necessários e a estocagem e mobilização de recursos materiais e humanos, que permitiriam, no século XIX, a expansão do café na mesma área, tese proposta por estudioso do tema (14).

Problemas como o do estatuto da terra, da estrutura fundiária e da irradiação do povoamento, sua distribuição e fixação, não se contem naturalmente no período colonial, podendo ou devendo ser estudados em período de longa duração.

A evolução do mapa estrutural considerando as pequenas, médias e grandes propriedades deve ser cotejada com a natureza e o volume da produção, bem como com o grau de produtividade obtido ao longo dessa evolução. As variáveis e implicações são muitas, mas sobretudo o movimento da população não deve ser apartado desses indicadores.

*

* * *

(12). — *Código da Câmara Municipal: Villa de São Carlos. Editais. Concessão de Sesmarias*, 1815 e 1823.

(13). — Nelson Omega, *A colaboração da natureza e fatores geográficos na formação e na economia de Campinas do século XVIII* in *Correio Popular, Campinas* 3.9.1939; Gilberto Freyre, *Nordeste*, 4ª ed., Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro 1967.

(14). — Maria Thereza Schorer Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo*, Difusão Européia do Livro, São Paulo 1968.

CAMPINAS IMPERIAL.

O programa de pesquisas para o século XIX, na área de Campinas, apresenta várias opções. Definida a vocação agrária no século anterior, vamos assistir o desenvolvimento da monocultura escravocrata e a formação de uma aristocracia agrária, responsável pela organização da produção rural e da vida urbana, cuja superioridade se baseou na posse de terras e bens e num processo de formação de tradições culturais, com acentuada marca local. Por iniciativa dessa elite, detentora do poder, formaram-se grandes estoques de mão-de-obra escrava, bem como foi atraído um fluxo constante de população livre, capaz de gerir os processos primeiros de acumulação, que em boa parte encontravam perspectivas locais para seu reinvestimento, representadas naturalmente pelo aumento da produção, através da incorporação e cultivo de mais terras, sua benfeitoria, aquisição de escravos e/ou contrato e financiamento da introdução de imigrantes, fora as despesas domésticas, etc.

Na economia haverá a transição da grande lavoura canavieira para o café, exigindo uma possível mudança, senão uma adequação estrutural na utilização da terra, nas benfeitorias necessárias ao tratamento agrícola e às primeiras fases de beneficiamento do produto, como ainda na trama de sua comercialização, o que equivale a dizer na organização e nas relações de produção. As implicações atingirem naturalmente a divisão do trabalho, a mercadização dos negócios e das profissões, estimulada pela atividade dos colonos estrangeiros.

Essa transição é relativamente rápida, sem que signifique contudo uma total eliminação do açúcar da área polarizada por Campinas. Entretanto, o café empolgará a agricultura e seu predomínio econômico, de largas implicações sociais e culturais, terá longa duração.

A hipótese mais aceitável é a de que a agricultura de subsistência, por sua vez, continuará como suporte da grande lavoura, mas e também se desenvolvendo em direção às necessidades urbanas de uma rede de povoados, que crescem satelizados quase sempre por Campinas. Entretanto, essa agricultura ancilar parece ter sido praticada dentro e fora das grandes propriedades, restando comprovar, também em relação à renda da terra, que participação realmente tem na economia a plantação e criação feita pelos colonos, no interior das fazendas de café.

A formação de um mercado consumidor em expansão não justificaria possivelmente a economia de subsistência que se implantara no local, se não fosse também a demanda de um conjunto de vilas e cidades, situadas ao longo dos caminhos para o sertão e ainda daqueles que já marcavam as direções da irradiação agrícola e portanto do próprio povoamento.

Nas fases de autoconsumo e subsistência é de interesse verificar, como se organizou o trabalho e o sistema de trocas locais, com sua evolução, até que se atingisse um excedente com possibilidades de colocação fora da localidade, dando, por sua vez, em consequência, um processo primitivo de acumulação por parte dos lavradores.

Nessa mesma linha de idéias, coloca-se o estudo do aproveitamento dos recursos naturais, das tendências do mercado profissional, que se estrutura em função da grande propriedade, mas e também do elenco de necessidades urbanas. A convivência e as fricções entre os regimes de trabalho escravo e livre e suas implicações para a sociedade tradicional. A massa rural: seu universo e movimentos, são outros tantos temas à espera de investigação.

* *
*

Mas, ao lado da economia, Campinas oferece também temas de história social de grande relevância. A sociedade local com o seu aparato institucional, transitando de um modo de produção para outro, de uma estrutura social para outra. O universo das camadas mais expressivas: a *aristocracia agrária*, detentora dos meios de produção, o lento processo de formação das *classes médias*, que é marcado pela introdução do trabalho livre, alternativa proposta pelo sistema capitalista, enquanto vegeta a massa dos despossuídos, que se situa ao nível ou imediatamente acima do rebanho de escravos e libertos, confundindo-se, muitas vezes, com eles. Esse universo precisa ser desvendado.

Como também é de interesse conhecer o estilo de vida dessas camadas que enumeramos, com seus segmentos ou grupos de maior projeção, como por exemplo o dos bachareis liberais, que cimentarão nesse palco a motivação necessária para a mudança do regime político.

Constitui ainda um rol de temas para pesquisa, a sua origem, seus compromissos e sistema de valores, sua ideologia e comportamento político, sua ação intelectual. Dessa maneira, é o universo social que precisa ser reconstituído. Estamos convencidos que se estudarmos o caso de Campinas, visualizando aquelas camadas sociais, chegaremos a indicadores mais precisos para a compreensão da sociedade brasileira ao longo do processo de modernização do país.

Assim, é ainda fundamental que se analise o senhoriato rural em relação às suas forma de pensamento, aos seus valores, à sua solidariedade, inclusive associativa, à sua ociosidade, suas recreações e sua cultura, seus instrumento de controle social e sua fachada liberal, sua ideologia e seus compromissos institucionais, sua ação empresarial e progressista.

Mas, vejamos o restante da sociedade: as comunidades estrangeiras, isto é, as minorias étnicas que contribuem decisivamente para compor o complexo social que ali se implanta: suíços e alemães, eslavos e americanos, sírios e libaneses, espanhóis e portugueses oferecem para o século XIX campineiro um mosaico atraente, para ser explorado no processo integrativo proposto pela sociedade tradicional, que os recebe e assimila, às vezes em lento e doloroso processo.

A massa escrava, robotizada a serviço da grande lavoura — Campinas como se sabe foi um grande centro escravocrata — reclama análises que apurem a sua origem geográfica, suas formas internas de relacionamento e solidariedade, seus movimentos sociais, sua auto-definição e imagem, sua vida cotidiana, rural e urbana, as relações que mantem com as demais camadas, etc. Há modelos de análise, inclusive vigentes na praça, que poderão ser aplicados com adaptações ao caso campineiro no que diz respeito à integração do negro na sociedade tradicional, conferindo-se com os resultados já alcançados para outras áreas do país.

Um projeto poderá privilegiar a legião dos libertos, que cresce persistentemente na segunda metade do século. Misturam-se com os escravos e a sociedade tradicional pouco se esforça para distingui-los, a não ser às vésperas da abolição, quando pressionada pelo radicalismo daqueles que detonam o movimento.

Por último, nessa linha de idéias, gostaríamos ainda de lembrar a massa pauperizada, ou que não tem profissão e/ou ocupação definida, tema que nos preocupa particularmente no momento. Essa camada, apenas vislumbrada pelos analistas de hoje, ensopa as descrições dos cronistas e viajantes, tendo também repercussões na literatura de ficção da época. Acoplada ao estoque de escravos, vegeta e ocupa um largo espaço intermediário da pirâmide social, demorando em constituir-se num “exército de reserva”, dadas as peculiaridades do capitalismo retardatário.

Há autores que chegam mesmo a afirmar que essa camada vai além de cinquenta por cento do total da população na segunda metade do século XIX, prosseguindo o processo de expropriação em manter essa alta porcentagem na Primeira República. É importante, na sociedade imperial campineira, descerrar seu universo, procurando verificar seus parâmetros, os mecanismos econômicos e sociais, dentro daquele modo de produção, que a provocam, aumentam, estabilizam ou diminuem o seu volume. Portanto, uma questão de cotejo com as curvas de carestia e progresso ao longo do século.

Faz-se necessário insistir que não se trata aí do escravo, mas do homem pobre que é dito *livre* pela sociedade tradicional. Quem são,

como vivem, qual o ciclo que percorrem do nascimento à morte ou mesmo *antes e depois* desses eventos? O que pensam, como agem e interagem, qual sua consciência social e sua auto-definição? Seu relacionamento com outros grupos sociais? Com as instituições? Quais os mecanismos de controle e manutenção de que usa a sociedade de classes para conte-los como uma excrescência necessária? Quais foram, nesse sentido, os papeis desempenhados pela filantropia, financiada pelos fazendeiros de café e ostentada pelas suas veneráveis matronas, numa antecipação aos clubes de serviço que vieram suceder-las um século mais tarde? Quais as agências institucionais devotadas às suas preocupações? Na verdade, essas interrogações ou muitas delas podem também ser levantadas em relação às demais camadas da sociedade imperial.

Outro projeto, no qual já temos comprometidos dois alunos, é o das ferrovias vinculadas a Campinas — as antigas Companhias Paulista e Mogiana de Estradas de Ferro. Interessa-nos verificar melhor seu papel numa economia capitalista periférica como a nossa. Sua estrutura interna, sua área operacional, os interesses externos com elas comprometido, bem como a participação do capital, do empresário e da mão-de-obra local. O seu papel no transporte de massa e na circulação econômica. A sua *performance* como instrumento de modernização e desenvolvimento.

* * *

CAMPINAS REPUBLICANA.

Sendo o período que assiste o maior aceleração da evolução e desenvolvimento da cidade, e portanto de suas transformações, a República oferece sedutor leque de assuntos a serem estudados.

Assim, a continuidade do estudo da evolução da estrutura fundiária precisa ser levantada, considerando entre outras variáveis, o tamanho, uso e produtividade das propriedades rurais. Terminamos o século passado, com certeza com uma área monocultora e latifundiária. Entretanto, essa situação evoluiu rapidamente em face da diversificação das culturas, da modernização da lavoura, da fragmentação da propriedade, da irradiação da área urbana e da valorização imobiliária.

Não se trata apenas de conhecer as curvas da pequena, média e grande propriedade, mas avaliar, em relação a essa estrutura, o perfil de produção do município em face das alterações no seu mapa fundiário, bem como à massa de sua população rural e aos índices de moder-

nização de sua lavoura. Também o quadro rural de trabalho, sua divisão e fórmulas contratuais, a origem, qualificação e mobilidade da massa de trabalhadores, deverão ser indicadores importantes para a síntese.

O absentismo dos fazendeiros, a sua projeção política em termos oligárquicos e em conjugação com o liberalismo dos bachareis. Nesse sentido, interessa o estudo da mudança do regime político em face da geração que a promove, uma vez que a cidade foi palco ativo de radicalizações. Oferece um contingente de republicanos históricos — de homens que fizeram a República — dos mais expressivos. Quem eram, o que pensavam, qual o seu teor cultural? Seu nível de renda? De que classes provinham e quais as alianças que promoveram? O seu projeto político? Qual sua ideologia enfim? Ainda quanto aos fazendeiros é necessário acompanhar o desdobramento da sua face empresarial, *i. e.*, a sua ação progressista, que prosseguirá as linhas traçadas no século anterior, montando a infra-estrutura urbana, em matéria de transportes, informação, iluminação elétrica, comunicações, etc.

No palco urbano também nos atrai, como tema de estudo, os movimentos políticos radicalizados em extremismos de esquerda e de direita ao longo da Primeira República, do Estado Novo e posteriormente na etapa de redemocratização do país. Não apenas como projeção da prática política local, mas em função do espectro nacional, *i. e.*, o acesso dos representantes da oligarquia cafeeira do Oeste nos altos escalões de decisão do governo do Estado, a manipulação do eleitorado regional, os *arreglos* e compromissos que não implicam necessariamente na proposta de soluções comuns ao coronelismo, etc.

Alguns acervos documentais dos movimentos políticos, ainda estão disponíveis, bem como muitos dos seus remanescentes e de suas lideranças precisariam ser entrevistadas.

Tentando uma exploração racional dessa vertente estamos com alguns projetos em curso. São estudos de casos, particularmente de células políticas, de movimentos de massa, que tiveram papel de destaque na sociedade campineira daqueles períodos.

É importante classificar e ouvir a população que militou nesses movimentos. A descrição atomizada desses grupos e de sua ação poderá auxiliar-nos na compreensão não só dos eventos, mas dos impasses em que foram envolvidos os chamados modelos políticos. Nesse terreno, o projeto que temos mais adiantado é sobre o movimento fascista em Campinas. O seu quadro de operações e a sua duração, já vislumbrados às primeiras explorações empíricas, nos surpreenderam.

Agora nos preocupa conhecer os seus mecanismos de atuação, financiamento, relacionamento com outros movimentos, a consciência ideológica, liderança, inserção na sociedade tradicional local, a estrutura interna das células, sua duração e projeção no quadro político nacional. Nesse sentido ainda, movimentos como o anarquista, o comunista, o integralismo precisam receber tratamento idêntico de estudo.

Voltando ao problema da terra, uma hipótese para a qual ainda estamos em nível exploratório, está voltada para o exame da função das chácaras campineiras na primeira metade deste século. Para conhecer o estilo de vida da sociedade cafeeira, esse tipo de propriedade nos oferece dados decisivos. As famílias abastadas da zona rural vão optar por essa morada — meio termo entre a cidade e o campo — desfrutando dos recursos e vantagens do meio urbano, sem partilhar dos seus inconvenientes como o barulho, o movimento, o devassamento da vida familiar, etc. Ter a tranquilidade da vida rural, dispondo dos serviços da cidade.

As funções sociais dessas chácaras precisam ser melhor conhecidas, bem como a vida que nelas se levava em termos de lazer, cultura, informação, comunicação, etc. Também nos resta avaliar o papel econômico que eventual ou sistematicamente desempenharam, quer no abastecimento da cidade, quer contribuindo para prover a fazenda...

O processo de industrialização e a formação de uma sociedade industrial, com as mudanças que isto trouxe para a cidade e o município oferecem temas para investigação, sobretudo se analisados em termos de polo local, isto é, sua dependência e/ou autonomia em relação a São Paulo; as suas funções de alternativa, precocemente definidas.

A organização do espaço urbano, a ocupação dos lotes, a evolução arquitetônica, o complexo de funções da cidade e a sua modernização, a deterioração de certas áreas — no centro e na periferia — as relações comerciais internas (em termos do município) e externas em termos do estado, da nação e do exterior. A formação e o movimento progressivo do mercado consumidor e profissional local.

A estrutura da população, sua distribuição espacial e as possíveis projeções em termos históricos: a estrutura etária, emprego e desemprego, marginalização e violência, êxodo rural e migrações.

Ao ritmo de simples enumeração desordenada, aí ficam algumas sugestões para projetos, em cuja viabilização acreditamos em termos da história de Campinas. Na evolução de sua historiografia estamos vivendo um momento em que os níveis de decisão e execução dos trabalhos estão na Universidade. Não queremos dizer com isso que a

única história válida é aquela que se pratica sob o influxo da Universidade. Mas, o processo de institucionalização universitária é que vem respondendo de maneira mais significativa pela produção do conhecimento histórico. Entretanto, não podemos dispensar o trabalho sério, feito fora das Universidades. Esses projetos, para cujos temas rapidamente acenamos, podem ter seu desenvolvimento implantado graças aos trabalhos construídos, muitas vezes com sacrifícios, por gerações de historiadores, que nos ajudaram decisivamente a conhecer o passado e o presente de Campinas.

Os temas que aí ficam, a título de sugestão, estão muito marcados pela limitações de uma preferência pessoal que naturalmente precisa ser submetida a intensa discussão. O que na verdade se pretendeu é uma motivação para que se articulem e se racionalizem os diferentes trabalhos que vêm sendo desenvolvidos, tendo por base a história de Campinas. Acreditamos que será sempre incompleto o conhecimento histórico de uma nação na medida em que ela não estude em profundidade o microcosmo de suas localidades.